



proletário e migrante: livre para a subordinação*

Guaraci Adeodato Alves de Souza**

RESUMO – O trabalho procura mostrar, com informações empíricas para a Bahia, como o processo histórico da proletarização muda de caráter e de patamar de radicalidade em momentos particulares do processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo e, nesta medida, produz mudanças significativas nos padrões migratórios. Discute-se, de modo particular, como os fluxos migratórios originados no campo se intensificaram nestes últimos 50 anos na Bahia, alterando os padrões decorrentes de deslocamentos espaciais de população. Ao mesmo tempo, se redefiniam as formas de organização coletiva da produção das classes assalariadas no campo e na cidade, tornando as migrações expressivos mecanismos de mediação na constituição de uma sociedade eminentemente urbana.

As migrações manifestam-se de formas diversas e com uma natureza muito variada, podendo assumir rumos diferenciados ou até mesmo contraditórios e significar, para os indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos, mudança permanente ou transitória de residência ou, ainda, deslocamentos com periodicidade sistemática.

Cada uma de suas manifestações encerra significados precisos, tem implicações distintas nos processos de mudanças sociais e pode se explicitar, de modo mais ou menos preponderante, em períodos particulares do processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo.

Nas fases iniciais de constituição de uma sociedade capitalista, os fluxos oriundos do campo assumem uma grande proeminência, atuando como mecanismo de redistribuição espacial de uma força de trabalho, disponível para o capital, que vai sendo produzida pela ativação dos processos de proletarização, à medida em que se vão redefinindo as formas de organização coletiva da produção.

* Este artigo é um dos produtos resultantes do estudo *Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana*, realizado pelo CRH-UFBA, com apoio da FINEP, CNPq, SETRABES – CODESO e Departamento de Epidemiologia da FSP-USP. Foi apresentado no Colóquio Internacional *Estrutura do emprego e dinâmica espacial da força de trabalho*, realizado pelo CRH-UFBA em Salvador, de 10 a 13 de novembro de 1985.

** Professora adjunta do Departamento de Sociologia e pesquisadora do CRH-UFBA.

Assim, esses tipos de deslocamentos migratórios desempenham um importante papel de intermediação para a transformação da estrutura social, na medida em que viabilizam a formação de novos grupos ou classes sociais, em âmbitos específicos, ao tempo em que se processa o desenvolvimento capitalista.

Na Bahia, a intensificação e as mudanças de características dos fluxos de emigração do campo parecem ter desempenhado um papel desta ordem. É isto não ocorreu apenas a partir dos anos 70, quando o processo de proletarianização assumiu uma expressão mais radical, operando por mecanismos mais óbvios de expropriação, mas desde os anos trinta, quando o florescimento do capitalismo no Brasil se dava ainda de modo muito concentrado em São Paulo.

Neste trabalho, procuramos discutir como os fluxos migratórios originados no campo foram se intensificando na Bahia nos últimos 50 anos e como se modificaram os padrões dos deslocamentos espaciais recorrentes, à medida em que o próprio caráter do processo de proletarianização se transformava. Tentaremos salientar, também, como foram se tornando progressivamente importantes enquanto mecanismos mediadores da constituição das classes assalariadas do campo e das cidades e de uma sociedade predominantemente urbana.

PADRÕES DE FLUXOS DE EMIGRAÇÃO DO CAMPO E O CARÁTER DA PROLETARIZAÇÃO NA BAHIA ATÉ OS ANOS 50

É fato bem conhecido que a crescente emigração dirigida a outros Estados do Brasil e a intensificação das migrações rural-urbanas têm sido duas das características mais persistentes e proeminentes da dinâmica populacional da Bahia, nos últimos 50 anos.

Em distintas décadas deste período ocorreram, porém, variações significativas no volume e na aceleração com que se davam estes tipos de movimentos migratórios, cuja natureza implica, quase sempre, em mudança definitiva de residência de indivíduos e famílias. Tais variações se demarcam, exatamente, segundo os ciclos mais destacados do desenvolvimento capitalista do Estado, sendo que as principais mudanças de tendências, bem como o surgimento de novos tipos de deslocamentos, verificam-se naqueles momentos em que são alterados os mecanismos pelos quais se opera a proletarianização.

Remontando a análise até o ponto em que as estatísticas censitárias são mais fidedignas, percebe-se que o primeiro tipo de correntes migratórias, correntes de emigração para outros Estados, começa a se manifestar em algum momento entre os anos 20 e 40. Os dados do Censo de 1940 indicam que, até aquela data, 338.685 baianos residiam em outros Estados do País, predominantemente nos Estados da Região Sudeste. Este número era bem expressivo, pois o estoque de migração, acumulada desde décadas precedentes a 40, chegava a ser superior à população da cidade do Salvador que, naquele ano, era de apenas 290.443 habitantes.

A partir de 1930, as migrações de baianos para o Sudeste e, em especial, para São Paulo, ganham maior vulto e importância, como registram Lopes (1973) e Balan (1974), entre outros autores. Não apenas a cafeicultura, mas também o florescimento industrial de São Paulo



atraiu para aquela região migrantes internos de áreas cada vez mais distantes do País. E as migrações internas para o Sudeste aumentavam com o declínio da imigração estrangeira.

A emergência e dinamização do capitalismo na Região Sudeste, neste período, impunham uma redefinição das regras do jogo econômico e político no País e faziam alterar a divisão social do trabalho também no plano espacial inter-regional.

Em consequência, a Bahia, como o resto do Nordeste, registrou neste período um movimento de desestruturação dos segmentos agrário-exportadores tradicionais, que constituíam as bases da sua economia desde o período Colonial. A Bahia sofreu, por toda a primeira metade deste século, os revezes da persistente retração da produção canavieira e fumageira, essencialmente concentradas no Recôncavo, bem como de outras culturas menos importante na época ainda da mineração, cujo principal pólo era a região da Chapada Diamantina. As novas culturas emergentes, como as do cacau e da mamona, não chegavam a ter a mesma importância que a cana e o fumo e estavam submetidas a crises cíclicas, dependentes das condições do mercado externo.

A decadência das culturas tradicionais importou na queda da indústria de transformação com elas diretamente relacionada. Assim, até o fim dos anos 40, a economia baiana apresentava uma tendência mais de retração ou estagnação do que de expansão. Os fatores que determinavam a formação de fluxos de emigração estavam essencialmente relacionados com as tendências de retração destas atividades produtivas, já que isto redundava em intensa liberação de trabalhadores assalariados do campo e das cidades e na quebra de produtores diretos, dos mais variados tipos, envolvidos nestas atividades. Isto equivale a dizer que os principais mecanismos de proletarianização ou de produção de um excedente de força de trabalho, nesta fase, foram basicamente acionados pela desestruturação dos sistemas produtivos que haviam sustentado o modelo agrário-exportador.

A emigração rural até os anos 40 não podia ser, nem ao menos em parte, retida pelos segmentos urbanos da economia, como se observou em décadas posteriores, em vista tanto da sua estreiteza como da crise geral que os atingia.

Como já foi mencionado, Salvador, em 1940, tinha 290.443 habitantes, sendo que entre 20/40 observou-se uma drástica redução no ritmo de crescimento demográfico da Capital. Se, desde os fins do século passado, Salvador já crescia a uma taxa lentamente declinante, que variou de 1,66% no período 1872-1890 para 1,53% entre 1900-1920, no período de 20/40 o seu crescimento se reduziu para 0,20% ao ano.

Desse modo, o grande caudal de mão-de-obra excedente que se formava até 1940 acabava deixando o Estado. Parte considerável ia engrossar a massa proletária urbana ou alimentar a formação das novas classes assalariadas em áreas rurais de regiões mais prósperas do País. Mas a parcela dominante desta emigração, representando 72,49%, destinava-se à Região Sudeste (MG, ES, GB, RJ, SP). Somente para São Paulo seguiram 44,4% do total de baianos que saíram do Estado até 1950. Parece que a maioria destes emigrantes realizou uma mudança de residência definitiva ou prolongada por muitos anos, existindo evidências indiretas de uma migração de retorno pouco expressiva neste período.

O segundo tipo de correntes migratórias mais proeminente na dinâmica demográfica da Bahia, as migrações definitivas de sentido rural-urbano, só se tornam socialmente visíveis a partir da década de 40/50, quando a economia baiana começa a se recuperar, embora sem dinamismo expressivo, pelo florescimento de novas culturas, especialmente o cacau e a mamona, e pela ação governamental eficaz no plano social e de implantação de infra-estrutura, entre outros fatores.

Parte da emigração rural passa então a ser absorvida pelos principais núcleos urbanos, especialmente por Salvador, que cresceu a um ritmo de 2,9% ao ano, entre 40/50, sendo cerca de 70% desse crescimento atribuído à imigração. Além de Salvador, mais 5 cidades passaram a apresentar uma população superior a 20.000 hab. em 1950, embora nenhuma delas atingisse 30.000 habitantes.

É nessa década que começa a formação, na Bahia, de uma massa crescente de mão-de-obra empobrecida nas periferias dos maiores centros urbanos, especialmente na Capital. Constitua-se assim o que se qualifica de força de trabalho excedente, já que se observava uma grande desproporcionalidade entre o volume de trabalhadores proletarizados migrados para as cidades e a expansão da demanda por força de trabalho nos segmentos mais capitalizados da economia. Mas nem toda essa massa de migrantes, até 1950, deve ser entendida como força de trabalho "excedente" e desocupada, como já tivemos oportunidade de analisar em outros trabalhos (Alves de Souza e Farias, 1980).

Com um pequeno desenvolvimento capitalista, a maior parte das atividades urbanas também se estruturava, como no campo, em bases não especificamente capitalistas de organização da produção, o que permitia que muitos migrantes vindos do campo se instalassem como pequenos artesãos ou fabricantes de objetos ou produtos alimentares de consumo corrente, pescadores autônomos, trabalhadores autônomos da construção civil, pequenos negociantes ou prestadores de serviços de toda ordem. Além disso, a produção para o auto-consumo da família se estendia a bens primários como frutas e verduras, animais de pequeno porte e ovos, até bens transformados, como roupas, calçados etc. Além de suprirem necessidades familiares e ocuparem a mão-de-obra doméstica, esses bens podiam ser levados eventualmente ao mercado, como forma importante de complementar a renda dos trabalhadores urbanos, possibilitando-lhes a aquisição de outros bens de consumo que não produziam.

Os prestadores autônomos de uma infinidade de serviços, demandados tanto pelos segmentos mais ricos como pelas camadas sociais mais pobres, eram numerosos, mas existiam também segmentos não desprezíveis de trabalhadores assalariados, com emprego regular ou não, nos segmentos propriamente capitalistas da economia.

Estas são indicações de que, nas cidades, o avanço da proletarização também não se realizava de forma muito radical neste período. Assim, permitia tanto uma inserção na produção enquanto produtores ou trabalhadores independentes, como uma inserção híbrida, através da qual se podia combinar o trabalho assalariado com uma produção independente, em grande parte baseada no trabalho familiar.

Numa sociedade com tais características, com tal modo peculiar de vida urbana para



as classes trabalhadoras, é extremamente difícil dimensionar o que seria propriamente o "excedente" de força de trabalho, já que os contornos exatos do que constituía força de trabalho disponível para o capital ficam muito diluídos nas formas correntes de trabalho.

Se já existia uma óbvia segmentação do mercado de trabalho urbano, especialmente em Salvador, decorrente da heterogeneidade da estrutura produtiva, eram estreitos contudo os elos que ligavam indivíduos assalariados a produtores independentes e trabalhadores familiares de vários tipos, no âmbito da organização doméstica e familiar ou no das demais relações de solidariedade de classe. Estes elos unificavam os meios pelos quais se organizava e se garantia a reprodução social e biológica dos vários segmentos das classes trabalhadoras.

AVANÇOS E RECUOS NO PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE NOVOS PADRÕES DE FLUXOS MIGRATÓRIOS NO PERÍODO 50/70

O primeiro grande salto na intensificação dos fluxos migratórios para fora da Bahia e daqueles com trajetória rural-urbana dentro do Estado verificou-se na década de 50, quando a natureza do desenvolvimento baiano começou a mudar, dinamizando a economia e introduzindo outros processos de produção de força de trabalho.

As culturas tradicionais, em persistente retração, viram nesta década se esgotar inteiramente as possibilidades de recuperação ou de manutenção. Por isso mesmo, quebraram-se, de modo mais radical, os padrões vigentes de relações "simbióticas" entre minifúndio e latifúndio característicos da fase agro-exportadora, pressionando a ambos, produtores minifundiários e grandes proprietários, quer para uma redefinição das relações existentes entre si, quer para uma busca de outras formas específicas de inserção na produção.

O estreitamento dos circuitos comerciais com o Sudeste representou um fator estimulante para o desenvolvimento de culturas comerciais, voltadas tanto para o mercado externo como para o interno. Se isto de um lado abriu novas alternativas para pequenos, médios e grandes produtores agrícolas, por outro veio redundar numa ampla destruição do artesanato local e da pequena indústria de transformação de base familiar, que abasteciam amplamente os pequenos mercados locais, crescentemente invadidos por produtos sulinos.

Mas foram a exploração sistemática do petróleo e a implantação da Refinaria de Maritipe, nas proximidades da Capital os fatores que, nesta década, mais influíram para propiciar o desencadeamento de novas mudanças no caráter do desenvolvimento baiano, a médio e longo prazos. Estas atividades estimularam os setores comercial, de serviços e da construção civil, bem como determinaram maiores investimentos do setor público na criação de uma infra-estrutura para a industrialização. Mais tardiamente, a própria industrialização começou a se efetivar, embora só venha a se tornar realmente expressiva na segunda metade da década de 60.

Além desse efeito mais geral de estimulação da economia, o desenvolvimento da atividade petrolífera teve uma influência direta e ampla nas mudanças dos padrões do uso econômico do espaço em toda a área norte do Recôncavo Baiano e em municípios próximos da Ca-

pital, antes destinado à produção agro-pecuária.

A Petrobrás não só desapropriou fazendas e roças para instalar seus campos de extração de petróleo, mas também abriu estradas que provocaram a elevação do preço da terra e a troca de seus donos. Enfim, por diferentes meios, contribuiu para uma completa redefinição das formas de assentamento da população nesta área, pelos intensos deslocamentos migratórios que suscitou, principalmente dirigidos para Salvador e cidades vizinhas. A Petrobrás criou também empregos diretos na extração e refino do petróleo, incorporando inclusive trabalhadores rurais, previamente treinados para as novas funções industriais.

Todas estas mudanças produziram uma intensificação das perdas demográficas líquidas em muitas regiões do Estado e explicam as tendências nos dados censitários de grande crescimento dos fluxos para fora do Estado, bem como daqueles entre distintas regiões da Bahia, especialmente os de trajetória rural-urbana. O estoque acumulado de baianos residentes em outros Estados, que entre 40/50 havia crescido em 25,7%, eleva-se em 90% na década de 50.

As estimativas da emigração ocorrida em cada década fazem ressaltar mais a importância da saída de baianos. Indicam que 87.127 baianos deixaram o Estado entre 40/50, sendo que o volume deste contingente, no decênio seguinte, mais que triplicou, atingindo 383.359 pessoas, cifra equivalente à população de Salvador em 1950 e superior à emigração acumulada até 40.

Nessa década observou-se o maior incremento da população urbana do conjunto do Estado, da ordem de 63,9%, superior mesmo ao das décadas seguintes, em que o ritmo se manteve alto, correspondendo a 50,6% entre 60/70 e 51,0% entre 70/80. O peso relativo da população urbana teve assim o seu maior salto, passando de 25,9% em 1950 para 34,6% em 1960, embora tenha persistido pouco expressivo, revelando que a sociedade baiana até 60 ainda era essencialmente rural. Os saldos migratórios estimados para Salvador (CRH-UFBA/OCEPLAN, 1977) para o período 50/60 foram o dobro daqueles estimados para o decênio anterior. A partir de 1960, mostraram-se crescentes, embora com ritmos menores.

O conjunto da população rural cresceu apenas 8% e, em 18 das 26 microrregiões homogêneas consideradas nos censos demográficos, observaram-se pequenas taxas de crescimento, características de perdas demográficas líquidas. Em algumas microrregiões foram registradas taxas negativas de crescimento da população rural, o que indica diminuição absoluta dos residentes em fazendas e roças. Na sua grande maioria, estas áreas rurais se caracterizavam pela predominância de grandes e médios estabelecimentos ou por um peso relativamente maior deles. Em outras, principalmente naquelas em que o peso relativo das propriedades de até 50 ha era maior, as taxas de crescimento rural não eram muito baixas e, mesmo quando pequenas, apresentavam-se geralmente positivas, insinuando que nelas o regime demográfico destacava mais as perdas líquidas dos acréscimos vegetativos da população do que a saída maciça de pessoas residentes, como no caso anterior (Alves de Souza, 1977 e 1978).

O recurso à migração entre 50 e 60, parece ter sido generalizado nos mais distintos grupos sociais atingidos pelos processos econômicos que caracterizaram o desenvolvimento no período.



Nessa década começam também a se esboçar, como recorrentes, fluxos internos na Bahia com trajetórias inter-regionais, mas dentro de um mesmo quadro de residência (rural-rural e urbano-urbano), e que podem ser vistos como outras formas de ajustes da população às novas condições diferenciais do desenvolvimento no espaço. Estes fluxos internos não implicam, necessariamente, em transferência de trabalhadores e produtores para outro setor de atividade econômica. Tais tipos de deslocamentos demográficos vão se mostrar bem mais importantes a partir de 1960.

Por um lado, as tendências econômicas descritas ativaram mecanismos liberadores do trabalho, tais como o mero abandono de terras antes ocupadas por culturas decadentes ou a substituição dessas culturas por atividades menos absorvedoras de mão-de-obra, como a pecuária extensiva, a extração vegetal e a cultura do côco, que floresceu em áreas litorâneas do Recôncavo antes ocupadas pela cana. Por outro lado, elas estimularam lavouras novas em outras áreas, bem como o recurso ao arrendamento de parcelas de grandes e médias propriedades e a outras formas de contrato para uso da terra por terceiros, permitindo a fixação de parte dos trabalhadores ou pequenos produtores liberados de outras atividades.

Um processo intenso de fracionamento da terra se processou, fazendo crescer o número de pequenos estabelecimentos, nos quais se realizava uma produção não especificamente capitalista, com maior ou menor vínculo com o mercado, mas basicamente estruturada sobre o trabalho familiar e principalmente voltada para uma policultura alimentar.

Estimulada em grande parte pelo próprio processo de urbanização, que abria novos mercados para a produção primária, nos anos 50 e 60 estas formas de pequena produção familiar para o mercado ou para o autoconsumo cresceram. Ao menos até os anos 70, constituíram-se nas formas mais generalizadas de inserção social da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agrícolas da Bahia.

Em áreas onde se expandia a pecuária ou naquelas onde revigorava a expansão de culturas comerciais, como as do cacau, mamona e sisal, e tinha início a produção de outras culturas voltadas para o mercado interno, a lavoura de subsistência, ao tempo em que ganhava importância em termos de número de estabelecimentos e volume de mão-de-obra ocupada, via comprimida suas possibilidades de reprodução continuada. Isto ocorria pela restrição do seu acesso a novas terras, que cresciam de valor, pelos sistemas oligopsônicos de comercialização que não possibilitavam melhores preços aos produtores diretos, pelos contratos extorsivos com grandes proprietários, que acabavam se tornando nexos indiretos de subordinação do lavrador e pela pauperização sem alternativas de reversão.

Nestas áreas onde a pequena produção se via comprimida, já nos anos 50 se detecta a formação de fluxos de caráter sazonal e migrações transitórias que não obedeciam às estações climáticas ou ao calendário agrícola.

Tem-se, por exemplo, registro de fluxos sazonais de pequenos produtores da caatinga para a safra do cacau, que podiam vir ou não acompanhados de membros da família para trabalharem por empreitada ou tarefa, fluxos que persistem até hoje, porém em níveis mais elevados de intensidade. São conhecidas também as "levas" de retirantes do sertão baiano para o sul,

para as maiores cidades ou outras regiões agrícolas com oportunidades maiores de trabalho, fluxos estes formados em épocas de secas mais fortes e que voltavam às suas terras, passados os períodos mais agudos da estiagem. Os fluxos transitórios ou sazonais saídos das áreas de pequena produção da Chapada Diamantina para São Paulo tornaram-se tão importantes a ponto de serem criadas linhas diretas de transporte rodoviário, ligando vários pontos daquela região ao Estado de São Paulo.

Era também significativa a migração transitória de filhos de pequenos produtores, do sexo masculino e já em idade ativa, para áreas urbanas e rurais mais dinâmicas da Bahia ou de outros Estados, com o objetivo de amealhar recursos que lhes permitissem, ao voltarem, comprar ou arrendar uma terra e se estabelecerem na condição de produtores independentes, como seus pais. Ou ainda a migração de parte da família nos períodos de maiores dificuldades, buscando um assalariamento transitório para complementar a renda familiar, enquanto a situação não melhorasse.

Para subsistir enquanto camponeses, produtores independentes ou semi-subordinados, ante uma situação de compressão das suas condições de reprodução social, muitos indivíduos destes grupos sociais precisavam recorrer ao assalariamento sazonal ou eventual de um ou mais membros da família, enquanto os demais geriam a propriedade da família. A migração sazonal ou eventual para estes trabalhadores rurais, ameaçados pelas perspectivas de proletarianização, constitui uma estratégia de defesa das suas condições de inserção social na produção, embora possa se colocar para outros como forma de realização de um processo de mobilidade social vertical.

Um trabalhador independente ou semi-subordinado não sofre passivamente ante a pressão dos mecanismos que forçam a sua proletarianização. Ele luta, com todas as suas forças e pelos meios mais diversos e criativos, contra a completa subordinação ao capital. Enquanto divisa possibilidades de garantir o acesso aos meios de produção e/ou à autonomia na gestão do processo de trabalho e na decisão quanto ao destino a ser dado ao produto deste trabalho, o trabalhador tenta repor ou recriar, usando os laços de parentesco e de solidariedade de classe, as condições de reprodução social em termos compatíveis com as condições específicas do grupo social a que pertence.

Assim, a formação e orientação dos fluxos migratórios não podem ser entendidas como meros efeitos da ação do capital, mas precisam ser vistos como resultantes também de uma ação criadora e criativa dos próprios trabalhadores face às condições da realidade que enfrentam.

Nos anos 60, a emigração para fora do Estado e os fluxos rural-urbanos ao interior da Bahia persistiram significativamente, porém cresceram em ritmos menores. A população rural em seu conjunto cresceu mais 13,9% que na década anterior, porém em níveis bem inferiores ao crescimento vegetativo estimado para a década. Isto indica que as perdas demográficas líquidas do campo permaneceram expressivas entre 60 e 70, porém sem um maciço esvaziamento rural.

Expandiu-se ainda mais, em diferentes áreas da Bahia, a pequena agricultura não-ca-



pitalista em suas mais variadas formas, parecendo apresentar um processo de diferenciação social maior do que o observado até 50. Com isto, cresceram as densidades demográficas das áreas onde a pequena lavoura mais se concentrava. Aumentou o volume de mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agrícolas, especialmente os de 50ha e menos, elevando-se o peso relativo da mão-de-obra familiar.

Talvez a expansão da agricultura de subsistência nesta década seja um fator de arrefecimento dos fluxos de origem rural. De todo modo, esta ampliação da agricultura fundada no uso da mão-de-obra familiar parece configurar um recuo no processo de proletarianização, que teria atuado mais intensamente nos anos 50. Pode ser, também, que os movimentos recessivos por que passou a economia brasileira como um todo, durante boa parte desta década, tenha desestimulado, em certa medida, os movimentos rurais em direção ao Sul, cuja economia se ressentia mais fortemente dos efeitos da recessão.

O fato de ser ainda surpreendentemente pequeno o grau de urbanização da Bahia ao final desta década, conforme o Censo de 70 talvez se explique na ausência de um investimento capitalista mais expressivo na agricultura e em vista da extensão da produção familiar. Apenas 41,2% da população habitavam as cidades e vilas que, na sua quase totalidade, tinham pequeno porte e uma economia basicamente voltada, direta ou indiretamente, para a produção agro-pecuária. Apenas 15 cidades tinham 20.000 habitantes e mais e, destas, apenas sete tinham 50.000 habitantes e mais. Porém, foi expressivo entre 60 e 70, o crescimento do número de cidades com 20.000 habitantes e mais, que passou de oito para 15, e de 50.000 habitantes e mais, que passou de três para sete.

Embora operando num novo patamar de intensidade, o processo de proletarianização no campo no período 50/70 alterou e comprimiu, sem destruir amplamente, as variadas formas de pequena produção não-capitalista no campo, fixando neste âmbito espacial a maior parte da população baiana.

À medida em que a expansão capitalista foi permitindo para muitos a manutenção, adaptação ou recriação de atividades estruturadas pelas formas de produção fundadas na organização do trabalho familiar, a proletarianização em curso neste período não significava total ruptura com formas anteriores de inserção do trabalhador na produção; isto é, nem sempre se dava em sua forma mais acabada, forçando-o ao assalariamento "puro".

A semiproletarianização ou proletarianização incompleta (que não implica em ser necessariamente transitória) possibilitou que amplos segmentos de trabalhadores reagissem ou resistissem a uma completa subordinação ao capital. Mas, por outro lado, permitiu que formas de exploração indiretas desses trabalhadores, como as que se estabelecem ao nível da circulação ou comercialização de produtos, se tornassem um modo corrente e recorrente de acumulação, implicando em manutenção ou agravamento das condições de pobreza (ou instabilidade de renda) para muitos trabalhadores.

O recurso ao assalariamento eventual ou transitório de algum membro da família generalizou-se entre aqueles cujas condições de reprodução social se cumpriam como uma forma de complementação da renda. Ocorreu, porém, que esta forma de complementação de renda foi

se tornando progressivamente menos eventual ou assumiu uma transitoriedade menos "sazonal" e mais frequente. Com isto, generalizaram-se no campo as formas híbridas de inserção na produção, tornando-se difícil distinguir qual o componente principal da reprodução social de amplos segmentos de trabalhadores rurais: os salários regulares ou irregulares de um ou mais membros da família ou os rendimentos da pequena lavoura familiar. Nos anos 70, como veremos, o peso do primeiro componente tornou-se tão expressivo como meio de garantir a subsistência, que as migrações realizadas por inúmeros trabalhadores rurais em busca do salário passaram a ser quinzenais, semanais ou mesmo diurnas.

O AVANÇO DO CAPITAL A PARTIR DE 1970 E AS MIGRAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS EM BUSCA DE UM SALÁRIO

Se até 70 o avanço capitalista no campo foi lento e restrito a algumas áreas, a partir daí acelerou-se de uma forma surpreendente. A penetração capitalista no segmento rural da economia como parte de um movimento expansivo mais geral da economia brasileira e baiana, a partir de fins de 60 até meados de 70, permitiu à Bahia tornar-se um Estado industrial e próspero.

Neste período, montou-se um parque industrial com empresas de médio e grande porte voltadas predominantemente para a produção de bens intermediários e de capital, envolvendo uma grande massa de investimentos do setor público em obras de infra-estrutura. A construção civil, os serviços modernos de toda ordem e os vários ramos do comércio tiveram um grande impulso. Grandes empresas passaram também a operar nestes segmentos produtivos, onde antes predominavam as empresas de porte modesto.

Na agricultura também se desenvolveram arrojados projetos agrícolas, agro-pecuários ou agro-industriais. Os investimentos públicos neste segmento foram também vultosos, importando em construção de barragens, implantação ou pavimentação de estradas, projetos de irrigação e de colonização, bem como de "desenvolvimento rural integrado". O domínio direto do capital sobre este setor se afirmou, quer pela compra de terras para a especulação, quer pela introdução de novas culturas e atividades extrativas e florescência de outras já existentes.

Entre as atividades que, predominantemente, passaram a comandar o processo de rápidas mudanças nas relações sociais de produção no campo, podem ser citadas: a implantação da cafeicultura em Vitória da Conquista e na Chapada Diamantina, a florescência da produção do feijão em Irecê, bem como a pecuária leiteira e de corte, e a produção de frutas e de hortigranjeiros em diversos pontos do Estado.

Toda essa massa de investimentos públicos e privados importou numa mudança muito profunda na paisagem econômica e social de grandes regiões da Bahia. E provocou alterações radicais do sistema de propriedade e uso da terra, das relações sociais de produção e das formas contratuais de trabalho. (1)

A brutal concentração da terra em algumas regiões, como as de expansão da pecuária



e de implantação de culturas de grande porte como a do café, implicou em ampla destruição de vários tipos de pequena produção não-capitalista, que foram desalojadas das áreas onde se implantaram as novas atividades restando algumas concentrações de lavouras deste tipo comprimidas nos espaços intersticiais entre grandes fazendas.

Os mecanismos explícitos e diretos de expropriação tornaram-se o meio fundamental de produção de força de trabalho para o capital, inclusive nas suas formas mais brutais, como a da "grilagem". E estes mecanismos foram muito intensificados em sua ação por toda a década de 70.

Vale dizer, porém, que muitas destas novas atividades introduzidas ou florescentes na década de 70, bem como muitas das obras públicas executadas passaram a ser grandes demandantes de força de trabalho, se não de modo permanente, ao menos por um certo período de tempo. A cultura cafeeira, por exemplo, mobilizou um volume muito grande de trabalhadores da Bahia e de fora do Estado, em todo o seu período de expansão. Apesar de ser bem moderna e mecanizada, ela passou a absorver depois de implantada um número de trabalhadores assalariados nada desprezível, apresentando uma demanda redobrada em momentos de colheita.

Por isso, os municípios que mais se destacaram na expansão da cafeicultura apresentaram altas taxas de imigração e de crescimento demográfico. Novas áreas de exploração agro-pecuária se abriram para o lado oeste do Estado que, em décadas anteriores, se constituíam num vazio econômico e demográfico.

As grandes transformações por que passou a Bahia, entre 70 e 80, fizeram incrementar fluxos migratórios de todo o tipo, com as mais variadas trajetórias, especialmente os fluxos de origem rural. Mas algumas tendências gerais ou certos padrões de fluxos tornaram-se mais destacados, quer pelo seu significado quantitativo, quer pelo papel que passaram a desempenhar no processo de mudança estrutural. As perdas líquidas de população rural no conjunto do Estado, por exemplo, elevaram-se, embora certas regiões rurais tenham apresentado taxas bastante altas de crescimento. Os fluxos para outros Estados cresceram, mas foram compensados, em boa medida, por um forte incremento da imigração. Deste modo, os saldos migratórios negativos cresceram pouco, num ritmo de 8%, muito inferior ao das décadas precedentes. A emigração para outros Estados, nessa década, chegou a ser de 630.668 pessoas, sendo a imigração de 189.076.

As cidades cresceram dinamicamente. Não apenas as de maior porte, mas também as pequenas cidades e vilas de áreas rurais dinamizadas pelo florescimento de novas culturas. Dobrou o número de cidades com 20.000 habitantes e mais, que passou de 15 para 30, sendo que o número de cidades com 50.000 habitantes e mais se elevou de sete para dez.

Assim, percebe-se que os fluxos rural-urbanos novamente se intensificaram, agora seguindo rotas mais diferenciadas, o que parece condizente com a grande liberação de trabalhadores de umas áreas e a atração para outras. Mas chama a atenção, como um fato novo, o surgimento e crescimento de distintos tipos de pequenos aglomerados rurais que, muitas vezes, nem chegam a ser incluídos nos censos dentro da categoria de cidades e vilas. Esta tendência verificou-se de forma muito generalizada no espaço geográfico do Estado.

Isso reflete uma importante mudança no padrão de residência dos trabalhadores rurais, que deixam de residir predominantemente nas fazendas e nas roças, passando a morar na periferia de pequenos núcleos urbanos, reproduzindo amplamente um fenômeno que antes era mais típico das cidades médias e grandes. Esse fato novo parece estar profundamente associado à radicalização do processo de proletarização nesta década, que está produzindo uma massa explícita de trabalhadores sem terra (ou apenas com um pequeno roçado) e sem emprego regular, sempre disposto a trabalhar mediante salário.

A formação desta massa de trabalhadores proletarizados e pauperizados do campo faz aparecer e crescer rapidamente novos padrões de deslocamentos espaciais de população rural, como:

- a) Migrações contínuas seguindo o rumo do calendário agrícola das principais culturas como, por exemplo, aqueles que saem de várias áreas do sertão para a colheita do feijão em Irecê e, em seguida, para a do café ou do cacau.
- b) Migrações de longa distância, seguindo os rumos das agendas das obras públicas ou de grandes projetos agro-pecuários.
- c) Migrações sistemáticas (quinzenais, semanais ou diárias) dentro de uma mesma micro-região homogênea da Bahia ou de uma para outra, realizadas por indivíduos ou famílias que trabalham por empreitada ou por diária em grandes e médias fazendas. Tais fluxos caracterizam-se por um ir e vir do local de residência para o lugar de trabalho (que pode variar, com frequência, para os indivíduos sem contrato regular de trabalho) e, por isso mesmo, vêm sendo chamados de fluxos pendulares. Como vimos, os locais de residência vêm sendo cada vez mais os pequenos adensamentos rurais ou a periferia de pequenas vilas e cidades. Deste modo, alguns destes fluxos implicam em movimentos contínuos e pendulares entre “fazenda e roça” e “cidades e vilas”.

O crescimento do trabalho do menor e da mulher, como força de trabalho individualizada nas fazendas de médio e grande porte, constitui uma clara evidência de que os padrões anteriormente correntes de reprodução social nas classes trabalhadoras do campo e de trabalho sazonal eventual dos trabalhadores e suas famílias encontram-se em franco processo de reformulação, tendendo a uma crescente liberação da mão-de-obra familiar para a subordinação direta ao capital.

O recurso do assalariamento irregular, porém, se viabiliza a subsistência da família e a manutenção da pequena propriedade, frequentemente cria novas dificuldades para a reprodução de uma lavoura de subsistência em termos rentáveis, pois desorganiza as relações familiares sobre as quais se estruturava a produção doméstica para o autoconsumo e/ou para o mercado. Isto reforça a tendência no sentido de uma ruptura mais radical com as formas anteriores de organização da vida imediata e contribui para agravar as condições de pauperização em que vivem amplas frações das classes trabalhadoras do campo. A pobreza crescente é um móvel para migrar em busca de uma recomposição dos níveis de bem-estar a que se estava acostumado.



Esses fluxos são, assim, expressão de um processo de transformação das relações de produção no campo que alteram o significado da terra. Esta deixa de ser "o lugar de residência e de reprodução", para ser "o lugar da produção" ou "o lugar de trabalho". Adquirindo o significado de mercadoria, a própria terra passa a ser objeto de negócio e usurpação. Assim, não só os trabalhadores "semi-subordinados" ou pequenos lavradores empobrecidos se vêm sujeitos aos mecanismos de expropriação. O recurso ao assalariamento parece ter se estendido também aos pequenos proprietários mais qualificados, em termos de escolaridade e do domínio de conhecimentos e habilidades, que passam a ser regularmente incorporados nas culturas de exportação de maior porte, quer na gerência dos estabelecimentos, quer em funções de serviços de apoio. Mas estes são menos numerosos, embora sociologicamente significativos, enquanto representantes de segmentos de assalariados regulares que também emergem no processo.

O processo de proletarianização, porém, não envolve todos os produtores rurais que tinham uma forma de organizar a sua produção independente mais semelhante à organização camponesa ou à produção simples de mercadorias. Alguns deles estão prosperando com a possibilidade de maior escoamento da sua produção para o mercado e vão se tornando mais parecidos com o que poderia se chamar de pequenos fazendeiros capitalistas.

Neste particular, são ilustrativos os exemplos de diferenciação social de produtores apontados por outros autores, sinal de que o desenvolvimento recente da Bahia está promovendo não apenas a emergência de um proletariado rural para o qual o assalariamento vai se tornando a condição cada vez mais importante de reprodução social, mas também a emergência de outras classes ou grupos sociais com maior ou menor potencialidade de se tornarem produtores modernos e capitalistas.

Até 1980, existia uma grande variedade de formas pelas quais o assalariamento se combinava com a reprodução de lavouras de subsistência na base do trabalho familiar. Configurava-se um amplo gradiente de formas de inserção híbrida do trabalhador na produção social, expressando rupturas mais ou menos profundas com as formas tradicionais de organização da reprodução da vida cotidiana e com os padrões de consumo pré-existentes. Essas formas, porém, vêm se transformando, ampliando a diferenciação social entre distintos segmentos de trabalhadores do campo e mostrando-se, gradativamente ou aos saltos, socialmente mais visível.

Mesmo grupos menos desprivilegiados montam as suas estratégias familiares para a mobilidade social vertical. O recurso à migração se inclui entre os elementos destacados desta mobilidade. Assim, formam-se fluxos de migrações de pequenos e médios fazendeiros que migram para as cidades maiores, mantendo suas terras produtivas para tentar diversificar suas atividades. Existem ainda migrações dos filhos destes fazendeiros para as cidades maiores, principalmente Salvador, à procura de níveis mais altos de escolarização, tendo em vista o acesso a postos de trabalho de alta remuneração, em rápida expansão entre 70 e 80.

Esses fluxos rural-urbanos contribuem efetivamente para o crescimento de segmentos mais privilegiados das classes trabalhadoras e das camadas médias, segmentos esses também ampliados pelas migrações de outros Estados. Apesar do desenvolvimento excludente, contingentes proletarianizados conseguiram inserir-se em segmentos produtivos emergentes, em condi-

ções melhores de emprego e remuneração, e puderam reelaborar um novo padrão de consumo, com melhorias substanciais das condições de vida.

Finalizando, valeria a pena enfatizar a importância do avanço no entendimento das migrações enquanto mecanismo de intermediação na constituição de uma sociedade capitalista, especialmente em sociedades como a nossa, que se desenvolve reproduzindo heterogeneidades estruturais e grupos sociais cujos meios essenciais de reprodução social não são nem a venda regular de força de trabalho para o capital nem a acumulação deste.

Consideramos frutíferos explorar mais detidamente, em próximos trabalhos, como vão se conformando os novos padrões de deslocamentos de trabalhadores no espaço baiano, articuladamente com a emergência de novos padrões de inserção híbrida na produção, à medida em que vão mudando as relações de produção e as formas contratuais de trabalho. Acompanhar este processo enquanto ele vai ocorrendo na realidade e seguir o curso de constituição de novas classes assalariadas parece algo enriquecedor, tanto em termos acadêmicos quanto da perspectiva de uma intervenção prática na realidade social.

NOTAS

1. Maiores detalhes sobre estes processos são apresentados por Leal (1983); Bertrand et alii (1985); Sá Barreto et alii (1982).
2. Exemplos de diferenciação social de produtores apontados por Sá Barreto et alii (1982); Bertrand et alii (1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES DE SOUZA, Guaraci e GUIMARÃES, A.S. et alii. 1977. Evolução demográfica de Salvador (1940-2000). Salvador, CRH/Oceplan-PMS, *Série de Estudos Planurb.*
- ALVES DE SOUZA, Guaraci. 1977. *Migração e Subemprego em Salvador.* Salvador, CPE/Seplantec.
- ALVES DE SOUZA, Guaraci. 1978. Algumas considerações sobre a emigração rural na Bahia. In: *Anais do 1º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Campos de Jordão.
- ALVES DE SOUZA, Guaraci e FARIAS, Vilmar (org.) 1980. *Bahia de Todos os Pobres.* São Paulo, CEBRAP/Vozes.



- ALVES DE SOUZA, Guaraci et alii. 1986. Tendências da Emigração e Imigração na Bahia (50/80). Relatório integrante do estudo *Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana*, realizado no CRH/UFBA com financiamento da FINEP e apoio institucional do CNPq, Setrabes/Codeso, Departamento de Epidemiologia da FSP/USP.
- BALAN, Jorge. 1974. Migrações internas no desenvolvimento do capitalismo no Brasil: ensaio histórico comparativo. In: *Centro e Periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, DIFEL.
- BERTRAND, J.P. et alii. 1984. Modernization "inachevée" et dynamique de marchés du travail en milieu rural et urbain. Les pole maraicher de Juazeiro/Petrolina e le front pionnier a Barreiras. Paris, *Document de Recherche du CREDAL*. Document de travail n° 6.
- LOPES, Juarez R.B. 1973. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. In: *Estudos CEBRAP*, 6: 125-142, São Paulo.
- SÁ BARRETO, Vanda et alii. 1982. O impacto da lavoura cafeeira na Bahia. Sutrab/Sudene, *Série População e Emprego*, n° 13.

ABSTRACT - PROLETARIAT AND MIGRANT: FREE FOR SUBORDINATION - The study attempts to show, with information taken from experiences in Bahia, how the historic process of proletarianization changes in character and level of radicalism at certain moments in the process of the emergence and development of capitalism, thus producing significant changes in migratory patterns. Special focus is given on how the migratory flux from the rural area, in Bahia, has been more intense in these last 50 years, altering subsequent spacial displacements of population. At the same time, the form of collective organization of production of the salaried classes in the rural and town areas have been redefined, thus turning migrations into expressive mediation mechanisms in the constitution of an eminently urban society.